

Apresentação

Segundo os estudiosos dos movimentos sociais, as transformações sociais, políticas e econômicas fundamentadas na lógica do capital, da revolução tecnológica, da globalização e do neoliberalismo, iniciadas no século passado, contribuíram não somente com a reconfiguração das estratégias de luta dos movimentos sociais latino-americanos, mas também com a criação de novos movimentos nem sempre relacionados com as lutas dos trabalhadores.

Neste contexto, vimos surgirem e se fortalecerem movimentos nas perspectivas da igualdade de gêneros, raça/etnia, da convivência entre os indivíduos com diferentes opções sexuais e gerações de desenvolvimento humano (infância, juventude, terceira idade), como forma de conquistar direitos humanos fundamentais para todos e todas, sem distinções e preconceitos.

Chamada de “novos movimentos sociais” pelos teóricos das ciências humanas, a busca da compreensão científica destas práticas sociais implicou na necessidade de abordá-las cientificamente com enfoques multi, inter e transdisciplinares, capazes de superar o paradigma linear-positivista da ciência, envolvendo novos diálogos, debates e categorias de análise entre disciplinas tradicionais como a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social.

Para se firmar, os defensores do chamado “paradigma dos novos movimentos sociais” têm procurado fundamentar as suas matrizes epistemológicas e teóricas, por meio do reconhecimento da importância da superestrutura, do cotidiano e de uma série de críticas ao paradigma denominado de “tradicional marxista”, sob o argumento de que vários destes novos movimentos sociais nem sempre estabelecem seus princípios, diretrizes e estratégias de luta, utilizando-se do conceito de classe social, com suas respectivas contradições e antagonismos.

Entretanto, o que pode ser verificado ao

longo de todos estes anos de publicação da Revista de Educação Popular e de nossa participação à frente da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (2000-2008) é que todos os movimentos sociais, desde os Sem Terra que lutam historicamente pela Reforma Agrária, até aqueles que lutam pela preservação do meio ambiente ou pelos direitos das mulheres, a política sempre foi e continuará sendo considerada o espaço fundamental de articulação de todas essas lutas, pelo fato dos movimentos sociais sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder cuja base, cujo fundamento central é encontrado, sem dúvida nenhuma, nas condições materiais da existência humana e suas relações produtivas com o mundo do trabalho. Isto, apesar de reconhecer a importância das ideologias, dos valores, das tradições e dos rituais oriundos das culturas produzidas cotidianamente pelos diversos grupos sociais que incluem a sua própria cultura política.

Dessa forma, na luta pela emancipação humana e social, cabe aos movimentos sociais assumir a centralidade político-popular das suas lutas e agir coletiva e solidariamente para promover a superação do capitalismo enquanto modo de produção e de vida fundado, dentre outros aspectos, na produção supérflua, no desperdício e na destrutividade.

Nesse sentido, vale lembrar Ricardo Antunes quando afirma e constata que a luta ecológica, por exemplo, deve assumir um claro sentido anticapitalista contra a produção supérflua; que a luta feminista deve assumir também uma luta contra as formas de opressão do capital que explora a classe trabalhadora em particular e, mais ainda, a classe trabalhadora feminina; que a luta dos afrodescendentes e dos imigrantes deve ser lembrada na medida em que estes movimentos buscam uma igualdade substantiva que é irrealizável dentro do sistema de metabolismo social do capital, tal como proposto por István Mészáros. Além disso,

deve-se destacar o fato de que, embora tantos afirmem que a classe trabalhadora acabou, segundo o próprio Antunes, nunca nos dizem que as classes dominantes desapareceram. Ninguém duvida do caráter de classe dos grandes proprietários do capital, apesar de saber que o sistema de classes ficou mais complexo.

Por tudo isso, pensamos que o papel da universidade pública e da Revista de Educação Popular deverá ser continuar contribuindo para viabilizar a necessária articulação crítica entre os saberes populares, as reivindicações dos mais variados movimentos sociais e a produção ori-

unda do saber científico, como forma de contribuir com o grande desafio de compreender e reafirmar, na prática, o necessário resgate do sentido de pertencimento de classe contra o sentido destrutivo da lógica socioeconômica dominante no mundo de hoje. Desafio a ser enfrentado pelos movimentos sociais, sindicais e os partidos de esquerda, visando a instauração de um outro modo de vida em que “trabalho, produção de bens socialmente úteis e tempo livre sejam dotados de sentido humano societal, isto é, controlados pela humanidade e não mais pelo capital” (ANTUNES, 2008).

Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox
Editor